

CARTA AOS GRUPOS DE BASE DO DAP

Reunido no último dia 18, o Comitê Nacional do DAP atualizou a discussão da situação internacional e nacional e chama todos os grupos de base a se reunirem para discutir e agir. Esta carta, com elementos do informe que abriu a discussão, vai no sentido de ajudar a impulsionar estas reuniões.

TRABALHADORES OLHAM PARA O QUE OCORRE NA FRANÇA

Na situação internacional o destaque foi a França, onde a situação que se desenvolve, e seu desfecho, interessa aos trabalhadores de outros países. Há dois meses manifestações de 1, 2 ou 3 milhões chacoalham o país contra a reforma da previdência de Macron que, como quase todos governos do mundo, quer aumentar o tempo de contribuição e a idade mínima em mais dois anos.

Há que destacar a incomum unidade das três centrais - CFDT, CGT e FO - que mantém o chamado a continuar a luta, mesmo depois da esdrúxula adoção da reforma pela aplicação do artigo constitucional 49-3 (artigo que permite ao presidente adotar uma medida, sem passar por votação da Assembleia Nacional). Assim a reforma pode ser "legal", mas não tem legitimidade. Sob um fundo de greves e bloqueios de estrada é possível a generalização do movimento pela retirada da reforma. O governo está imerso numa verdadeira crise institucional da 5ª República.

Nossos companheiros do Partido Operário Independente (POI) - membros do Comitê Internacional de Ligação e Intercambio tal como o DAP - convocam uma Assembleia no dia 26 para debater a situação e a luta por uma Constituinte Soberana.

Esse movimento na França se encadeia com uma onda de greves na Europa - Grã-Bretanha, Bélgica, Alemanha - por aumento de salários comidos pela inflação e contra cortes de orçamentos, ambos consequência do engajamento com a Otan na guerra da Ucrânia. Também chama a atenção a retomada de um certo

protagonismo dos trabalhadores consequência da exigência de sacrifícios crescentes.

NO PT, REPOSICIONAMENTO DA MARCA?!

É chocante nesse clima de luta certas discussões em curso nas instâncias do PT. Na última reunião da Executiva Nacional do PT, houve uma exposição, a cargo do publicitário, e parece ter ganho a maioria dos dirigentes, que aponta para um "reposicionamento da marca", linguagem de mercado para empresas que precisam se apresentar de outro modo. No caso, a análise que não começou agora é que o mundo mudou, a uberização, o empreendedorismo, o trabalhador que sente classe média, enfim, que o PT teria que mudar a linguagem, parecendo que o PT (a marca) perdeu a eleição e precisa mudar.

Quando na verdade, a marca, o PT, para crescer mais precisa é ser consequente com os compromissos da campanha. Na reunião o DAP propôs uma campanha contra o Trabalho Escravo, tema que aflorou, com a contratação emergencial de fiscais e auditores, a revisão da legislação de terceirização selvagem, e um apoio dos DMs, sindicatos e movimentos populares que em muitos locais sabem dos problemas.

RECUPERAÇÃO DOS DIREITOS, SOBERANIA NACIONAL, SERÁ ESTE O CAMINHO QUE LULA TRILHARÁ?

A eleição foi uma conquista. Mas o DAP já avaliou o problemão que são as alianças contraditórias. Isso dito, a maioria das primeiras medidas vão na boa direção, ainda que seja cedo para fazer uma avaliação do governo. Por isso, a proposta é **adiar um pouco a convocação do Encontro Nacional do DAP, antes previsto para junho.**

Houve o 8/01 - tentativa de golpe - que mudou alguns dos termos do novo governo, e há hoje uma certa indefinição.

O 8/01 aflorou um obstáculo que é a tutela militar. Ninguém graúdo foi pego até hoje. Há

uma discussão importante aberta pela proposta de PEC do deputado Zaratini (PT-SP) de supressão da GLO do artigo 142 da Constituição. Mas ele não tem o apoio explícito do governo que corretamente demitiu o comandante do Exército. E acelerou o anúncio de algumas medidas populares em vista de consolidar a sua base social. Entre elas estão o aumento do salário mínimo para R\$ 1320,00 a elevação da faixa de isenção do IRPF para dois salários mínimos, e o aumento de 40% das bolsas estudantis. Todas elas medidas parciais positivas, embora aquém dos compromissos, na verdade, batem no limite do Orçamento de 2023.

Entre os bons sinais de Lula se destaca a recusa de fornecer armamentos para Zelenski, proposta de Scholtz e Macron (no fundo Biden), propondo parar a guerra, o que é uma posição soberana e independente do Brasil.

Há por outro lado, vários problemas na relação do governo com a base social.

O recuo na interrupção da privatização do Metrô de BH que chegou a ser anunciada, frustrou 1600 trabalhadores (que fizeram 32 dias de greve) e trouxe a preocupação a outros movimentos. O compromisso com a reestatização da Eletrobras - objeto de uma campanha nacional - foi encaminhado pelo governo para uma ação jurídica para "baratear" a compra bilionária de ações para retomar o controle.

Por fim, tivemos esta semana o que a Folha de S. Paulo chamou de "primeira cobrança de rua do governo Lula", que foi o dia nacional de luta de 15 de março pela Revogação da Reforma do Ensino Médio, que vem do governo Temer e é condenada por todas organizações de estudantes e professores e muitos educadores, mas o ministro Camilo Santana não sinaliza sua revogação, a luta deverá continuar e crescer.

Tudo somado, não está claramente definido o rumo do novo governo. De fato, não houve ainda nenhuma votação no Congresso Nacional. Artur Lira, presidente da Câmara, será efetivamente um parceiro para os programas sociais com os quais Lula se comprometeu? Haverá recursos no Orçamento 2023 para isso?

Para a imprensa o grande tema do Congresso no 1º semestre vai ser a "âncora fiscal. Isso não estava nos compromissos de Lula. Foi introduzido na PEC da transição por exigência do "mercado". Bolsonaro deixou um rombo de

mais de R\$ 300 bilhões no Orçamento de 2023, segundo Haddad. O acordo na ocasião foi deixar a nova Bolsa Família de fora do teto de gastos, dando uma margem de despesa de R\$ 200 bilhões ao novo governo, com a condição de apresentar um novo "arcabouço fiscal" (na verdade, um novo limitador de gastos públicos). O PT queria um prazo de 2 anos para isso, depois tentou negociar um 1 ano, mas terminou aceitando 6 meses (até agosto). Agora se encaminha apresentar em abril!

Há muita expectativa, uma verdadeira ansiedade do sistema financeiro, para saber o tamanho do arrocho a que Lula estaria disposto.

Isso tem a ver com a questão da taxa de juros do BC que mantida a 13,75% complicaria mesmo o acordo dos R\$ 200 bilhões, para não falar do que já não coube aí (SM de 1480,00 como reivindicaram as centrais sindicais, IRPF na faixa de R\$ 5000, Reforma Agrária etc.). Esta disputa com a Faria Lima pode pesar no rumo do governo. O DAP deve lutar para que Lula não repita o erro do 1º mandato que começou com uma reforma da Previdência de redução de direitos.

Assim a atividade dos grupos de base é levantar as reivindicações e apoiar as lutas em curso, em particular: pela Revogação da Reforma do Ensino Médio e pela reestatização da Eletrobras (ver anexos), e uma série de lutas importantes (contra privatização da Sabesp, por creches etc.). E engajarem-se na preparação do 1º de Maio.

SOBRE O "PED MUNICIPAL"

Aprovada no último DN do PT por ampla maioria a prorrogação dos mandatos do Diretório Nacional e dos Diretórios Estaduais (o DAP votou contra) ficou para se realizar este ano um "PED municipal", uma vez que seu mandato não foi prorrogado. Esta proposta, ainda a ser regulamentada no próximo DN (10 de abril), provocou, como era natural, muita revolta em diretórios de base. Embora a presidente Gleisi esteja empenhada, não é garantido o desenlace desta questão (anexa a resolução do DM da capital paulista, que propõe adiar tudo ou não adiar nada).

18 DE MARÇO, 2023
COMITÊ NACIONAL DO DAP

ANEXO

REFORMA ENSINO MÉDIO

O Novo Ensino Médio (NEM) é um problema dos estudantes e professores, mas também dos pais de alunos, portanto, muito amplo. Ela é condenada por todas as organizações de estudantes e professores e muitos educadores.

Um companheiro sindicalista, convidado a participar da reunião do Comitê Nacional do DAP, trouxe alguns elementos da luta.

“Sabemos que uma das maldades impostas pelo golpe de 2016 contra Dilma foi a implantação do novo ensino médio projeto para entregar o ensino público para o chamado terceiro setor.

O Magistério votou no Lula para revogar esta maldade. Essa palavra de ordem pela Revogação já ecoa na base com muita força.

Em visita na nossa base para discutir a campanha salarial constatamos in loco o desespero tanto dos professores como da direção pelo fim do novo ensino médio.

Sabemos da posição do Ministro da Educação que não sinaliza para sua revogação, tentando manter, talvez com algumas modificações, esse projeto. Alguns dirigentes sindicais e partidários tentam alegar que “esse não é momento de discutir isso com radicalidade, pois pode desgastar o governo que recém iniciou”... Mas, a radicalidade da base –estudantes, professores – vai se impondo e junto a ela não conseguem defender, “algumas mudanças” e o que se ouve das escolas, nas redes sociais e nas manifestações que começam, como o dia 15 de março, é a palavra de ordem Fim do Novo Ensino Médio Já!”

PS: No final de semana (19/18 de março) a plenária nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação aprovou um calendário de lutas que estabelece “no dia 26 de abril será a Greve Nacional da Educação pela aplicação do reajuste do piso salarial inicial e na carreira para os/as profissionais da educação e pela revogação do NEM”.

PELA REESTATIZAÇÃO DA ELETROBRÁS

Os trabalhadores eletricitários iniciaram, através de um abaixo-assinado, uma campanha nacional pela reestatização da Eletrobrás, cuja privatização, como disse o presidente Lula, foi um crime de lesa-pátria. No último dia 15, eles realizaram um ato nacional em Brasília. O Comitê Nacional do DAP recebeu um informe

sobre esta atividade e a continuidade da luta.

“Nenhum país do mundo comparável ao Brasil entregou seu sistema elétrico - que inclui a soberania sobre as águas - a empresas privadas. No governo Bolsonaro, numa verdadeira “bandagem” (como disse Lula), a Eletrobrás foi privatizada com fartos benefícios à malandragem empresarial como os Lemann, Telles e Sicupira (Americanas e 3G). Entre os absurdos está a exigência de o governo ser obrigado a pagar três vezes mais pelo valor das ações, caso queira recomprá-las.

Os trabalhadores eletricitários, que desde o início lutam contra essa privatização, reforçaram a campanha após a eleição de Lula. Um ato foi realizado em 15 de março, em frente ao Ministério de Minas e Energia, em Brasília, com exigências e denúncias dirigidas ao ministro Alexandre Silveira (PSD), acusado por manter bolsonaristas em altos cargos do ministério.

A campanha continua com a coleta de assinaturas no abaixo assinado contra a privatização e, agora, com a constituição de uma Frente Parlamentar Mista pela reestatização da Eletrobrás, com a participação de movimentos sociais, coordenada pelo deputado federal Alencar Santana (PT-SP). O lançamento dessa frente está previsto para este 22 de março, na Câmara do Deputados.”

CONCLUSÃO DA RESOLUÇÃO DO DM DE SP-CAPITAL

“O Diretório Municipal do PT da Capital de São Paulo reunido no último dia 16 de março decidiu firmar posição contrária ao adiamento do PED. O Diretório Municipal entende que o PED previsto no Estatuto do PT deve ser mantido para todas as instâncias partidárias de acordo com artigo 36, inciso 2º do nosso estatuto. Caso a Executiva Nacional mantenha o adiamento para as instâncias superiores, a posição do Diretório Municipal é de que seja adiada para todas as instâncias partidárias, exceto para as comissões provisórias que deverão realizar o PEDEX também previsto no nosso Estatuto artigo 36, inciso 1º”

Assim o DM propõe, adia tudo ou não adia nada. Os companheiros do DAP local apoiaram e votaram nesta proposta. Um PED não vai melhorar o PT, por certo. Mas essa proposta esdrúxula esvazia o papel dos DMs “em eleição” para transferir ao DN-DRs a autoridade da discussão das chapas, acordos e alianças para as eleições municipais de 2024, só piora.